



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa especializada *em serviços de computação em nuvem na modalidade de software como serviço para locação e provimento de serviços de backup em nuvem com espaço de 2,5 TB pelo período de 12 meses* para atender o PCTI (Plano de Continuidade de Tecnologia da Informação) em elaboração e as novas necessidades da Administração Municipal, conforme condições, e exigências estabelecidas neste instrumento;

1.1.2. A descrição dos itens e as quantidades de aquisição encontram-se no Anexo I deste Termo de Referência;

1.1.3. O Estudo Técnico Preliminar é o documento preparatório ao Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência;

1.2. DA ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO E PREÇO(S) MÁXIMO(S)

1.2.1. O custo estimado da contratação, bem como o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) e do(s) grupo(s), quando for o caso, consta(m) no Anexo I deste Termo de Referência;

1.3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de setembro de 2021;

1.3.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme no disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência;

1.4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. A contratação entrará em vigor após a data de recebimento da nota de empenho ou solicitação de fornecimento ou outro instrumento hábil e vigorará por 12 meses consecutivos, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21;

1.4.2. O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a justificativa pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência;

1.4.3. A prorrogação de que trata este item é condicional a:

1.4.3.1. Apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

1.4.3.2. Demonstração de que o valor da contratação permaneça economicamente vantajoso para a administração;

1.4.3.3. Manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação;

1.4.3.4. Renovação e/ou complementação da garantia da contratação se for o caso;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
 - 2.1. A fundamentação e a descrição da necessidade de contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência;
3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
 - 3.1. A descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência;
4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
 - 4.1. Os requisitos de contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência;
5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
 - 5.1. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
 - 5.1.1. O prazo para início da execução do objeto não poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos após a data de recebimento da nota de empenho ou solicitação de fornecimento ou outro instrumento hábil, podendo ser enviadas por correio eletrônico (e-mail);
 - 5.1.2. Caso não seja possível o início da execução do objeto na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pelo Departamento requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
 - 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
 - 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
 - 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
 - 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoções de providências que devam ser cumpridas de imediato;
 - 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
 - 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput);
 - 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246/22, art. 22, VI);



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

- 6.7.1.O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/21, art. 117, § 1º, e Decreto nº 11.246/22, art. 22, II);
- 6.7.2.Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246/22, art. 22, III);
- 6.7.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246/22, art. 22, IV);
- 6.7.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246/22, art. 22, V);
- 6.7.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/22, art. 22, VII);
- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/22);
- 6.8.1.Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246/22, art. 23, IV);
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246/22, art. 21, VI);
- 6.9.1.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesas e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246/22, art. 21, III);
- 6.9.2.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, a autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246/22, art. 21, II);
- 6.9.3.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimentos de obrigações (Decreto nº 11.246/22, art. 21, VIII);



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

6.9.4.O gestor do contrato tomará providências para formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246/22, art. 21, X);

6.9.5.O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII);

6.9.6.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246/22, art. 21, VI);

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1.1.Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.1.2.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.1.3.O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

7.1.4.O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligência para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.1.5.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.1.6.O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.1.7.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança jurídica e nem a responsabilidade do representante da empresa pela perfeita execução do contrato;

7.2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022/



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

- 7.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133 de 2021;
- 7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.2.5. A administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- 7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;
- 7.3. PRAZO DE PAGAMENTO
- 7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

7.3.2.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E de correção monetária;

7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado;

7.4.2.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.4.3.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.4.3.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

8.2. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1.1. Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3. Sociedade Empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou Sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELLI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.2.1.5. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.6. Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.2.2.2. Prova da regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo Garantidor do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade é compatível com o objeto contratual se houver;

8.2.2.6. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei;

8.2.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal;

8.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.2.3.2. Nas hipóteses em que a certidão for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características com a solução global especificada neste Termo de Referência, através da



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

apresentação de no mínimo 1 (um) atestado que comprove que a licitante tenha executado fornecimento de características técnicas e operacionais similares;

- 9.2. Esse atestado deverá ser emitido por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta em nível federal, estadual ou municipal ou ainda por empresas privadas;
- 9.3. O atestado poderá ser emitido por uma ou mais entidades de direito público ou privado, e só serão aceitos se emitidos em nome da proponente;
- 9.4. Não serão aceitos atestados de terceiros ou de empresas subfornecedoras mesmo que exclusivas;
- 9.5. Os atestados deverão mostrar, clara e inequivocamente, a capacidade de atendimento aos requisitos ora estabelecidos e, adicionalmente, deverão incluir obrigatoriamente:
 - 9.5.1. Identificação da instituição responsável pela emissão, com nome e endereço completo;
 - 9.5.2. Discriminação dos itens integrantes do escopo de fornecimento correspondente;
 - 9.5.3. Data de contratação e de conclusão do fornecimento;
 - 9.5.4. Grau de satisfação da instituição com relação ao fornecimento;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 16.901,52 (dezesesseis mil novecentos e um reais e cinquenta e dois centavos) conforme custos unitários apostos no Anexo I deste Termo de Referência;

11. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

- 11.1. Os preços inicialmente propostos são fixados e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento em xx de xxxxx de xxx. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 11.2. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Divisão de Compras e Licitações do Município, até o término da contratação ou até a data da prorrogação subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste;
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará ao fornecedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);
- 11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão) obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
- 11.6. Caso o índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) determinado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 11.8. O reajuste ou a repactuação de preços contratados serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo;

12. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP 19.703-061

Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

CNPJ 44.547.305/0001-93 e-mail nti@eparaguacu.sp.gov.br – Telefone (18) 33619104



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

12.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual;

13. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018 (LGPD)

13.1. A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:

- 13.1.1. Cumprir as solicitações de Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 13.1.2. Cumprir com o estabelecimento pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto adquirido;
- 13.1.3. Guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução da presente contratação, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- 13.1.4. Não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- 13.1.5. Notificar a CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- 13.1.6. Fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- 13.1.7. Implementar medidas corretivas a fim de impedir violação e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível;

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Departamento requisitante, o qual consta no documento de formalização da demanda (pedido de compra);

14.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 06 Educação/ 10 Saúde/ 11 Assistência Social/ 16 Planejamento
- b) Fonte de Recurso: 01
- c) Programa de Trabalho: 0009/0021/0035/0002
- d) Elemento de Despesa: 3390.40
- e) Plano Interno: 150/328/578/720

Sendo, o valor mensal com as seguintes porcentagens para cada departamento:

35% Educação

35% Saúde

15% Assistência

15% Planejamento

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Pregão, no Departamento de Planejamento, Divisão de Informática, com Wilson Spavier ou Danilo Ramos Fabiano, telefone (18) 33619104, ou por e-mail nti@eparaguacu.sp.gov.br, horário de atendimento das 8h as 11h e das 13h as 16h, de segunda a sexta, em dias úteis.

15.2. Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO I	Descrição dos itens e quantidades da contratação
ANEXO II	Quadro de Preços médio máximo



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista
Estado de São Paulo
Divisão de Informática - NTI

Emitido em 24/05/2024

Wilson Spavier
Assessor de Gabinete

Tatiani dos Santos Correa
Diretora Departamento de Planejamento



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

ANEXO I

Descrição dos Itens e Quantidades da Contratação

ID: 027619

DATA: 22/05/2024

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de computação em nuvem na modalidade de software como serviço para locação e provimento de serviços de backup em nuvem com espaço de 2,5 TB

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO	LOTE	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
I	1	1	<p>contratação de empresa especializada em serviços de computação em nuvem na modalidade de software como serviço para locação e provimento de serviços de backup em nuvem com espaço de 2,5 TB pelo período de 12 meses com as seguintes especificações: 1.2. DA DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO DE BACKUP EM NUVEM</p> <p>1.2.1. O serviço deve ser prestado por meio de software para BACKUP E RESTORE de sistemas operacionais envolvidos, tecnologia de desduplicação de dados, devendo possuir capacidade ilimitada de retenção, cópias dos dados protegidos, imutabilidade e replicação para outros ambientes para fins de recuperação de desastres, com pelo menos 2,5TB de espaço para armazenamento;</p> <p>1.2.2. Arquitetura e Características Gerais do Software de Backup e Restore:</p> <p>1.2.2.1. Possuir uma arquitetura em múltiplas camadas permitindo desempenho e escalabilidade;</p> <p>1.2.2.2. Camada de gerência;</p> <p>1.2.2.3. Camada de Serviço de mídia/unidade de disco de retenção dos dados;</p> <p>1.2.2.4. Camada de clientes/agentes multiplataforma de backups;</p> <p>1.2.3. Deve possuir mecanismo de verificação e checagem de consistência da base de dados da solução de backup, ou para os arquivos de backup, no intuito de garantir a integridade dos dados;</p> <p>1.2.4. Caso a ferramenta de backup utilize catálogo, esta deve possuir mecanismo de reconstrução ou banco de dados centralizado em caso de perda do mesmo, sem a necessidade de recatálogo as imagens de backup;</p> <p>1.2.5. Caso a ferramenta de backup utilize catálogo, este deve possibilitar a replicação do catálogo interno em tempo real ou agendado, para o caso de recuperação de desastres;</p> <p>1.2.6. Possuir a capacidade de notificação de backups e restores a partir do ponto de falha, sendo possível sua continuação manual ou automaticamente, retomando a atividade até a sua finalização;</p> <p>1.2.7. Deve possuir mecanismo de instalação e atualização de clientes e agentes de backup de forma remota, através de interface gráfica, permitindo a instalação de múltiplos clientes de backup simultaneamente;</p> <p>1.2.8. Deve realizar a operação de backup e restore, podendo ser feito o uso de versões backlevel para versões antigas de aplicações e sistemas operacionais para os seguintes sistemas operacionais:</p> <p>1.2.8.1. Microsoft Windows Server 2012 e superiores;</p> <p>1.2.8.2. Red Hat Enterprise Linux versões 6.10 e superiores;</p> <p>1.2.8.3. CentOS 7 e superiores;</p> <p>1.2.9. Deve fazer a proteção de servidores para as seguintes aplicações e banco de dados, com recurso de consistência de aplicação, realizada por meio de integração direta ou com a utilização de agentes específicos:</p> <p>1.2.9.1. Microsoft SQL Server versões 2012 e superiores;</p> <p>1.2.9.2. Microsoft SharePoint versões 2013 e superiores. Deve suportar backup completo do Sharepoint, com possibilidade de uma ou mais databases, documentos individuais, sites, subsites, listas e itens/documentos individuais;</p>	serv/mês	12		

Av. Siqueira Campos, 1430 – Centro – Praça Jornalista Mário Pacheco – CEP 19.703-061

Estância Turística de Paraguaçu Paulista – Estado de São Paulo

CNPJ 44.547.305/0001-93 e-mail nti@eparaguacu.sp.gov.br – Telefone (18) 33619104



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

	<p>1.2.9.3. MySQL versões 5.7 e superiores;</p> <p>1.2.9.4. PostgreSQL 12 e superiores</p> <p>1.2.9.5. Windows Server Cluster;</p> <p>1.2.10. Deve suportar backup on-line do Windows Server 2016 Active Directory e superiores com as seguintes características:</p> <p>1.2.10.1. Nível funcional atual: Windows Server 2016 e superiores;</p> <p>1.2.10.2. Floresta atual: Windows Server 2016 e superiores;</p> <p>1.2.10.3. Domain Controllers: Windows Server 2016 e superiores;</p> <p>1.2.10.4. Restore granular dos objetos do Active Directory;</p> <p>1.2.11. Deve possuir o recurso de restore de base de dados entre servidores de banco de dados, tornando possível restaurar dados protegidos de um servidor A para um servidor B através da interface WEB ou console de administração da ferramenta de backup;</p> <p>1.2.12. Ser capaz de recuperar dados para servidores diferentes do equipamento de origem;</p> <p>1.2.13. Possuir o recurso de recuperação granular de objetos de databases do SQL Server para o local original, ou para um servidor alternativo;</p> <p>1.2.14. A ferramenta deve ter o recurso de download e instalação de atualizações nos servidores componentes da solução e seus clientes. A instalação pode ser executada remotamente através da console de gerência;</p> <p>1.2.15. A console gráfica, deve ser composta por serviço em cluster ou de maneira redundante podendo ser acessada através de uma interface WEB única ou console de gerenciamento, sendo possível, pelo menos:</p> <p>1.2.15.1. Criação, exclusão e configuração de políticas de backup e recuperação;</p> <p>1.2.15.2. Criação e configuração de restores;</p> <p>1.2.15.3. Criação e configuração de relatórios;</p> <p>1.2.15.4. Execução instantânea de backup;</p> <p>1.2.15.5. Execução instantânea de restore;</p> <p>1.2.15.6. Criação, exclusão e configuração de agendamentos de backup;</p> <p>1.2.16. Deve possuir a funcionalidade de criar múltiplas cópias de backups armazenados, com a opção de recuperação dos dados por meio da cópia secundária, caso a cópia primária não esteja mais disponível;</p> <p>1.2.17. Deve possuir a funcionalidade de criação de agendamentos de cópias de backups armazenados;</p> <p>1.2.18. Deve possuir a funcionalidade de aplicar imutabilidade nos dados protegidos através do software nativo, servidores ou appliances, de modo que seja possível assegurar que os arquivos de backup não sejam excluídos ou alterados por um período de tempo determinado;</p> <p>1.2.19. Possuir integração do controle de acesso com sistemas de diretório Active Directory;</p> <p>1.2.20. Possuir capacidade de estabelecer níveis de acesso diferenciado e configuráveis para atividades de administração e operação do software de backup;</p> <p>1.2.21. Deve ser possível o agendamento de Jobs (trabalhos) de backup, sem utilização de utilitários de agendamento dos hosts;</p> <p>1.2.22. Possuir o recurso de geração de cópias incrementais e de longa retenção full, tanto no modo ativo executando um novo backup full no cliente quanto no modo sintético que permite a criação de uma única imagem de backup a partir de um backup full e qualquer quantidade de backups incrementais. O restore poderá ser efetuado da nova imagem full sintética;</p> <p>1.2.23. Possuir políticas de ciclo de vida nativas, gerenciar camadas de armazenamento e transferir automaticamente os dados de backup entre camadas através do seu ciclo de vida;</p> <p>1.2.24. Deve ter o recurso de controlar a banda de tráfego de rede durante a execução do backup e restore;</p> <p>1.2.25. Deve ter o recurso de enviar os dados para disco e posteriormente do disco para outro tipo de mídia;</p> <p>1.2.26. Deve possibilitar a configuração de proteção contra exclusão de objetos armazenados;</p> <p>1.2.27. Realizar backup e restore de file system montados em dispositivos Network-Attached Storage (NAS) através de mecanismo próprio ou suporte ao protocolo NDMP versão 4 ou superiores. A capacidade de front-end está descrita no item 6.3. Tabela de Volumetria;</p> <p>1.2.28. A Solução de Backup deverá ter a capacidade operações de Backup e Restore através de rede local (LAN) e Storage Area Network (SAN based ou LAN free);</p>				
--	---	--	--	--	--



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

	<p>1.2.29. Realizar criação de imagens de servidores físicos Linux e Windows, para recuperação de desastres (funcionalidade conhecida como baremetal restore) de forma nativa, i.e., sem a utilização de software de terceiros;</p> <p>1.3. DA DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO</p> <p>1.3.1. O(s) Datacenter(s) onde os dados em nuvem serão armazenado deve(m) estar localizados no Brasil e possuir a Certificação Tier III;</p> <p>1.3.1.1. A hospedagem no Brasil assegura a proteção dos dados conforme a LGPD vigente e a certificação exigida assegura que o Datacenter segue normas internacionais quanto a disponibilidade e integridade dos dados, essenciais para um serviço de backup confiável;</p> <p>1.3.1.2. A solução de armazenamento em nuvem deve ser compatível para armazenamento de objetos com imutabilidade, garantindo que os dados gravados sejam protegidos contra ataques de ransomware e íntegros para restauração;</p> <p>1.3.1.3. O restore da cópia externa imutável poderá ser solicitado pela CONTRATANTE e deve ser iniciado em um período de até 2 (duas) horas e deverá ser concluído em um período de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas;</p> <p>1.3.2. Os serviços deverão ser prestados em regime integral, 24(vinte e quatro) horas por 7 (sete) dias por semana, sem interrupção fora do horário comercial ou em finais de semana e feriados;</p> <p>1.3.3. A disponibilidade mensal das soluções integradas de colaboração e comunicação corporativa e backup em nuvem, calculada com base na média de disponibilidade de todos os serviços que compõe a solução, deverá ser de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) do tempo contratado. Esta disponibilidade indicará o percentual em que os serviços permaneceram em condições normais de funcionamento durante o período de um mês de operação;</p> <p>1.3.4. Para cômputo das eventuais indisponibilidades, serão considerados os intervalos de tempo decorridos entre a queda e o restabelecimento do serviço, não sendo consideradas interrupções cuja causa seja de responsabilidade do CONTRATANTE;</p> <p>1.3.5. O percentual de disponibilidade para cada serviço (D) da solução deverá ser calculado da seguinte forma: $D = [(Tm - Ti) / Tm] * 100$, onde: D = Percentual de disponibilidade do serviço; Ti = Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o mês de faturamento (30 dias); Tm = Tempo Total Mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento. Para o cálculo do índice de disponibilidade, o "Tempo Total Mensal" será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço vezes 1440 (um mil quatrocentos e quarenta) minutos;</p> <p>1.3.6. O percentual de disponibilidade da solução integrada de colaboração e comunicação corporativa (Ds) será a média aritmética do percentual de disponibilidade dos serviços que compõem a solução;</p> <p>1.3.7. Sempre que forem apurados percentuais de disponibilidade mensais da solução que estejam abaixo de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) do tempo contratado, os somatórios dos tempos de inoperância, dentro do período de faturamento, serão descontados dos custos mensais da solução, tomando-se como base a seguinte fórmula: $Dc = Cm - (Cm * Ds)$, onde: Dc = Valor do Desconto; Ds = Percentual de disponibilidade da solução; Cm = Custo Mensal do Serviço;</p> <p>1.3.8. O custo mensal do serviço (Cm) inclui o valor mensal de todas as licenças de acesso e uso da solução;</p> <p>1.3.9. Ficam também estabelecidos limites de tolerância para os percentuais de disponibilidade calculados que, ao serem excedidos, determinarão glosas específicas nos custos dos serviços, conforme demonstrado a seguir:</p> <p>1.3.9.1. Percentual de disponibilidade inferior a 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), até 99% (noventa e nove por cento), ensejará glosa de 5% (cinco por cento) do custo mensal do serviço;</p> <p>1.3.9.2. Percentual de disponibilidade inferior a 99% (noventa e nove por cento), até 95% (noventa e cinco por cento), ensejará glosa de 10% (dez por cento) do custo mensal do serviço;</p> <p>1.3.9.3. Percentual de disponibilidade inferior a 95% (noventa e cinco por cento), ensejará glosa de 15% (quinze por cento) do custo mensal do serviço;</p> <p>1.3.10. A Contratada deverá possuir e disponibilizar monitoração em tempo real do serviço fornecido para o Contratante, através de seu</p>				
--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

	<p>portal de acompanhamento dos serviços. Desta forma, o Contratante poderá monitorar a disponibilidade do serviço e gerar um relatório mensal de disponibilidade;</p> <p>1.3.10.1. Caso seja constatado, através do relatório mensal de disponibilidade, que a disponibilidade contratada não foi alcançada, o gestor do contrato enviará o relatório de disponibilidade para a Contratada para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, apresentar sua defesa ou concordância. Caso o desconto não possa ser efetuado na fatura do mês de ocorrência da indisponibilidade, o valor será descontado na fatura do mês subsequente;</p> <p>1.4. DO SUPORTE TÉCNICO REMOTO</p> <p>1.4.1. O serviço de suporte técnico remoto destina-se à correção de problemas da solução implementada e esclarecimento de dúvidas sobre configuração e utilização da mesma;</p> <p>1.4.2. Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do Contratante, mediante abertura de chamado junto à Contratada, via chamada telefônica local, whatsapp, e-mail ou Ticket de atendimento em portal do cliente, devendo o recebimento do chamado ocorrer em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;</p> <p>1.4.3. Os chamados serão classificados nas seguintes categorias de prioridade:</p> <p>1.4.3.1. Baixa: ocorrências que não interfiram na disponibilidade ou desempenho dos serviços;</p> <p>1.4.3.2. Norma: ocorrências que prejudiquem os serviços sem interrompê-los;</p> <p>1.4.3.3. Alta: ocorrência que interrompa um serviço específico, que não prejudique a operação;</p> <p>1.4.3.4. Crítica: qualquer ocorrência que caracterize a indisponibilidade dos serviços e operação;</p> <p>1.4.4. Na abertura do chamado será definida a categoria de prioridade (baixa, normal ou alta);</p> <p>1.4.5. A Contratada deverá informar o número do chamado e disponibilizar um meio de acompanhamento do seu estado;</p> <p>1.4.6. Ao final de cada atendimento, a Contratada deverá emitir relatório técnico contendo as seguintes informações:</p> <p>1.4.6.1. Número do chamado;</p> <p>1.4.6.2. Categoria de prioridade;</p> <p>1.4.6.3. Descrição do problema e da solução;</p> <p>1.4.6.4. Procedimentos realizados;</p> <p>1.4.6.5. Data e hora da abertura e do fechamento do chamado;</p> <p>1.4.6.6. Data e hora do início e do término da execução dos serviços;</p> <p>1.4.6.7. Identificação do técnico da empresa;</p> <p>1.4.7. Será considerado, para efeitos do nível de serviço exigido, um prazo de solução definitiva, como o tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico efetuado pela equipe técnica da Contratante à Contratada, e a efetiva recolocação dos serviços em seu pleno estado de funcionamento;</p> <p>1.4.8. Os prazos para atendimento remoto e solução definitiva dos chamados deverão ser:</p> <p>1.4.8.1. Atendimento:</p> <p>1.4.8.1.1. Prioridade BAIXA – 01 (um) dia útil;</p> <p>1.4.8.1.2. Prioridade NORMAL – 06 (seis) horas corridas;</p> <p>1.4.8.1.3. Prioridade ALTA – 04 (quatro) horas corridas;</p> <p>1.4.8.1.4. Prioridade CRÍTICA – 02 (duas) horas corridas;</p> <p>1.4.8.2. Solução:</p> <p>1.4.8.2.1. Prioridade BAIXA - 02 (dois) dias úteis;</p> <p>1.4.8.2.2. Prioridade NORMAL – 08 (oito) horas corridas;</p> <p>1.4.8.2.3. Prioridade ALTA - 06 (seis) horas corridas;</p> <p>1.4.8.2.4. Prioridade CRÍTICA – 04 (quatro) horas corridas;</p> <p>1.4.9. Serão aplicadas, no caso do não cumprimento dos prazos acima, as seguintes multas;</p> <p>1.4.9.1. 0,2% (dois décimos por cento), sobre o valor mensal do contrato, por dia extrapolado na entrega da solução do chamado de prioridade BAIXA;</p> <p>1.4.9.2. 0,4% (quatro décimos por cento), sobre o valor mensal do contrato, por hora extrapolada na entrega da solução do chamado de prioridade NORMAL;</p> <p>1.4.9.3. 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor mensal do contrato, por hora extrapolada na entrega da solução do chamado de prioridade ALTA;</p>				
--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

		<p>1.4.10. Após a finalização do contrato de prestação de serviços, a Contratada deverá fornecer acesso a todos os dados, incluindo logs de auditoria e dados armazenados por política de retenção, existentes em todas as contas da solução integrada de colaboração e comunicação corporativa por um período mínimo de 30 (trinta) dias, além de outras informações essenciais para transição e continuidade do serviço;</p> <p>1.5. DO TREINAMENTO</p> <p>1.5.1. O treinamento objetiva a transmissão dos conhecimentos necessários para que a equipe técnica do Contratante possa administrar e operar solução contratada, e treinar os usuários, e deverá atender aos seguintes requisitos:</p> <p>1.5.1.1. O treinamento será realizado por meio de turma online nas dependências do Contratante, à distância com o uso de recursos audiovisuais;</p> <p>1.5.1.2. O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 06 (seis) horas para o perfil Administrador, 04 (quatro) horas para o perfil gerente, e 2 (duas) horas para os demais usuários. Deve abordar as informações necessárias à gerência, administração, auditoria, operação básica, intermediária e avançada da solução e principais solicitações de suporte, de acordo com cada perfil;</p> <p>1.5.1.3. O conteúdo do treinamento deverá ser aprovado pela área técnica do Contratante previamente à sua execução;</p> <p>1.5.1.4. No caso de curso presencial, cada turma deverá contemplar a participação de até 08 (oito) participantes do Contratante;</p> <p>1.5.1.5. A Contratada deverá disponibilizar, para todos os participantes, material impresso ou em meio digital, atualizado e de primeiro uso, em português do Brasil;</p> <p>1.5.1.6. Deverá ser disponibilizado relatório gerencial contendo nome do curso, nome do participante treinado, data de início, data do término e quantidade de horas;</p> <p>1.5.1.7. Os horários e datas dos treinamentos serão definidos pela equipe técnica do Contratante e comunicados à Contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias consecutivos;</p>				
--	--	---	--	--	--	--



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

ANEXO II

Quadro de Preços Médio Máximo

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

DATA

OBJETO

VALOR TOTAL

22/05/2024

contratação de empresa especializada em serviços de computação em nuvem na modalidade de software como serviço para locação e provimento de serviços de backup em nuvem com espaço de 2,5 TB

R\$ 16.901,52

ANEXO	LOTE	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
I	1	1	<p>contratação de empresa especializada em serviços de computação em nuvem na modalidade de software como serviço para locação e provimento de serviços de backup em nuvem com espaço de 2,5 TB pelo período de 12 meses com as seguintes especificações: 1.2. DA DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO DE BACKUP EM NUVEM</p> <p>1.2.1. O serviço deve ser prestado por meio de software para BACKUP E RESTORE de sistemas operacionais envolvidos, tecnologia de deduplicação de dados, devendo possuir capacidade ilimitada de retenção, cópias dos dados protegidos, imutabilidade e replicação para outros ambientes para fins de recuperação de desastres, com pelo menos 2,5TB de espaço para armazenamento;</p> <p>1.2.2. Arquitetura e Características Gerais do Software de Backup e Restore:</p> <p>1.2.2.1. Possuir uma arquitetura em múltiplas camadas permitindo desempenho e escalabilidade;</p> <p>1.2.2.2. Camada de gerência;</p> <p>1.2.2.3. Camada de Serviço de mídia/unidade de disco de retenção dos dados;</p> <p>1.2.2.4. Camada de clientes/agentes multiplataforma de backups;</p> <p>1.2.3. Deve possuir mecanismo de verificação e checagem de consistência da base de dados da solução de backup, ou para os arquivos de backup, no intuito de garantir a integridade dos dados;</p> <p>1.2.4. Caso a ferramenta de backup utilize catálogo, esta deve possuir mecanismo de reconstrução ou banco de dados centralizado em caso de perda do mesmo, sem a necessidade de recatálogo as imagens de backup;</p> <p>1.2.5. Caso a ferramenta de backup utilize catálogo, este deve possibilitar a replicação do catálogo interno em tempo real ou agendado, para o caso de recuperação de desastres;</p> <p>1.2.6. Possuir a capacidade de notificação de backups e restores a partir do ponto de falha, sendo possível sua continuação manual ou automaticamente, retomando a atividade até a sua finalização;</p> <p>1.2.7. Deve possuir mecanismo de instalação e atualização de clientes e agentes de backup de forma remota, através de interface gráfica, permitindo a instalação de múltiplos clientes de backup simultaneamente;</p> <p>1.2.8. Deve realizar a operação de backup e restore, podendo ser feito o uso de versões backlevel para versões antigas de aplicações e sistemas operacionais para os seguintes sistemas operacionais:</p> <p>1.2.8.1. Microsoft Windows Server 2012 e superiores;</p> <p>1.2.8.2. Red Hat Enterprise Linux versões 6.10 e superiores;</p> <p>1.2.8.3. CentOS 7 e superiores;</p> <p>1.2.9. Deve fazer a proteção de servidores para as seguintes aplicações e banco de dados, com recurso de consistência de aplicação, realizada por meio de integração direta ou com a utilização de agentes específicos:</p> <p>1.2.9.1. Microsoft SQL Server versões 2012 e superiores;</p> <p>1.2.9.2. Microsoft SharePoint versões 2013 e superiores. Deve suportar backup completo do Sharepoint, com possibilidade de uma ou mais databases, documentos individuais, sites, subsites, listas e itens/documentos individuais;</p> <p>1.2.9.3. MySQL versões 5.7 e superiores;</p> <p>1.2.9.4. PostgreSQL 12 e superiores</p> <p>1.2.9.5. Windows Server Cluster;</p> <p>1.2.10. Deve suportar backup on-line do Windows Server 2016 Active Directory e superiores com as seguintes características:</p> <p>1.2.10.1. Nível funcional atual: Windows Server 2016 e superiores;</p> <p>1.2.10.2. Floresta atual: Windows Server 2016 e superiores;</p> <p>1.2.10.3. Domain Controllers: Windows Server 2016 e superiores;</p> <p>1.2.10.4. Restore granular dos objetos do Active Directory;</p> <p>1.2.11. Deve possuir o recurso de restore de base de dados entre servidores de banco de dados, tornando possível restaurar dados protegidos de um servidor A para um servidor B através da interface WEB ou console de administração da ferramenta de backup;</p> <p>1.2.12. Ser capaz de recuperar dados para servidores diferentes do equipamento de origem;</p> <p>1.2.13. Possuir o recurso de recuperação granular de objetos de databases do SQL Server para o local original, ou para um servidor alternativo;</p> <p>1.2.14. A ferramenta deve ter o recurso de download e instalação de atualizações nos servidores componentes da solução e seus clientes. A</p>	serv/mês	12	1.147,57	1.202,80	1.875,00	1.408,46	16.901,52



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

	<p>instalação pode ser executada remotamente através da console de gerência;</p> <p>1.2.15. A console gráfica, deve ser composta por serviço em cluster ou de maneira redundante podendo ser acessada através de uma interface WEB única ou console de gerenciamento, sendo possível, pelo menos:</p> <p>1.2.15.1. Criação, exclusão e configuração de políticas de backup e recuperação;</p> <p>1.2.15.2. Criação e configuração de restores;</p> <p>1.2.15.3. Criação e configuração de relatórios;</p> <p>1.2.15.4. Execução instantânea de backup;</p> <p>1.2.15.5. Execução instantânea de restore;</p> <p>1.2.15.6. Criação, exclusão e configuração de agendamentos de backup;</p> <p>1.2.16. Deve possuir a funcionalidade de criar múltiplas cópias de backups armazenados, com a opção de recuperação dos dados por meio da cópia secundária, caso a cópia primária não esteja mais disponível;</p> <p>1.2.17. Deve possuir a funcionalidade de criação de agendamentos de cópias de backups armazenados;</p> <p>1.2.18. Deve possuir a funcionalidade de aplicar imutabilidade nos dados protegidos através do software nativo, servidores ou appliances, de modo que seja possível assegurar que os arquivos de backup não sejam excluídos ou alterados por um período de tempo determinado;</p> <p>1.2.19. Possuir integração do controle de acesso com sistemas de diretório Active Directory;</p> <p>1.2.20. Possuir capacidade de estabelecer níveis de acesso diferenciado e configuráveis para atividades de administração e operação do software de backup;</p> <p>1.2.21. Deve ser possível o agendamento de Jobs (trabalhos) de backup, sem utilização de utilitários de agendamento dos hosts;</p> <p>1.2.22. Possuir o recurso de geração de cópias incrementais e de longa retenção full, tanto no modo ativo executando um novo backup full no cliente quanto no modo sintético que permite a criação de uma única imagem de backup a partir de um backup full e qualquer quantidade de backups incrementais. O restore poderá ser efetuado da nova imagem full sintética;</p> <p>1.2.23. Possuir políticas de ciclo de vida nativas, gerenciar camadas de armazenamento e transferir automaticamente os dados de backup entre camadas através do seu ciclo de vida;</p> <p>1.2.24. Deve ter o recurso de controlar a banda de tráfego de rede durante a execução do backup e restore;</p> <p>1.2.25. Deve ter o recurso de enviar os dados para disco e posteriormente do disco para outro tipo de mídia;</p> <p>1.2.26. Deve possibilitar a configuração de proteção contra exclusão de objetos armazenados;</p> <p>1.2.27. Realizar backup e restore de file system montados em dispositivos Network-Attached Storage (NAS) através de mecanismo próprio ou suporte ao protocolo NDMP versão 4 ou superiores. A capacidade de front-end está descrita no item 6.3. Tabela de Volumetria;</p> <p>1.2.28. A Solução de Backup deverá ter a capacidade operações de Backup e Restore através de rede local (LAN) e Storage Area Network (SAN based ou LAN free);</p> <p>1.2.29. Realizar criação de imagens de servidores físicos Linux e Windows, para recuperação de desastres (funcionalidade conhecida como baremetal restore) de forma nativa, i.e., sem a utilização de software de terceiros;</p> <p>1.3. DA DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO</p> <p>1.3.1. O(s) Datacenter(s) onde os dados em nuvem serão armazenados deve(m) estar localizados no Brasil e possuir a Certificação Tier III;</p> <p>1.3.1.1. A hospedagem no Brasil assegura a proteção dos dados conforme a LGPD vigente e a certificação exigida assegura que o Datacenter segue normas internacionais quanto a disponibilidade e integridade dos dados, essenciais para um serviço de backup confiável;</p> <p>1.3.1.2. A solução de armazenamento em nuvem deve ser compatível para armazenamento de objetos com imutabilidade, garantindo que os dados gravados sejam protegidos contra ataques de ransomware e íntegros para restauração;</p> <p>1.3.1.3. O restore da cópia externa imutável poderá ser solicitado pela CONTRATANTE e deve ser iniciado em um período de até 2 (duas) horas e deverá ser concluído em um período de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas;</p> <p>1.3.2. Os serviços deverão ser prestados em regime integral, 24(vinte e quatro) horas por 7 (sete) dias por semana, sem interrupção fora do horário comercial ou em finais de semana e feriados;</p> <p>1.3.3. A disponibilidade mensal das soluções integradas de colaboração e comunicação corporativa e backup em nuvem, calculada com base na média de disponibilidade de todos os serviços que compõe a solução, deverá ser de 99.9% (noventa e nove vírgula nove por cento) do tempo contratado. Esta disponibilidade indicará o percentual em que os serviços permaneceram em condições normais de funcionamento durante o período de um mês de operação;</p> <p>1.3.4. Para cômputo das eventuais indisponibilidades, serão considerados os intervalos de tempo decorridos entre a queda e o restabelecimento do serviço, não sendo consideradas interrupções cuja causa seja de responsabilidade do CONTRATANTE;</p> <p>1.3.5. O percentual de disponibilidade para cada serviço (D) da solução deverá ser calculado da seguinte forma: $D = [(Tm - Ti) / Tm] * 100$, onde: D = Percentual de disponibilidade do serviço; Ti = Somatório dos minutos de interrupção observados para o serviço durante o mês de faturamento (30 dias); Tm = Tempo Total Mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento. Para o cálculo do índice de disponibilidade, o "Tempo Total Mensal" será calculado a partir do</p>						
--	---	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

	<p>total de dias da prestação do serviço vezes 1440 (um mil quatrocentos e quarenta) minutos;</p> <p>1.3.6. O percentual de disponibilidade da solução integrada de colaboração e comunicação corporativa (Ds) será a média aritmética do percentual de disponibilidade dos serviços que compõem a solução;</p> <p>1.3.7. Sempre que forem apurados percentuais de disponibilidade mensais da solução que estejam abaixo de 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento) do tempo contratado, os somatórios dos tempos de inoperância, dentro do período de faturamento, serão descontados dos custos mensais da solução, tomando-se como base a seguinte fórmula: $Dc = Cm - (Cm * Ds)$, onde: Dc = Valor do Desconto; Ds = Percentual de disponibilidade da solução; Cm = Custo Mensal do Serviço;</p> <p>1.3.8. O custo mensal do serviço (Cm) inclui o valor mensal de todas as licenças de acesso e uso da solução;</p> <p>1.3.9. Ficam também estabelecidos limites de tolerância para os percentuais de disponibilidade calculados que, ao serem excedidos, determinarão glosas específicas nos custos dos serviços, conforme demonstrado a seguir:</p> <p>1.3.9.1. Percentual de disponibilidade inferior a 99,9% (noventa e nove vírgula nove por cento), até 99% (noventa e nove por cento), ensejará glosa de 5% (cinco por cento) do custo mensal do serviço;</p> <p>1.3.9.2. Percentual de disponibilidade inferior a 99% (noventa e nove por cento), até 95% (noventa e cinco por cento), ensejará glosa de 10% (dez por cento) do custo mensal do serviço;</p> <p>1.3.9.3. Percentual de disponibilidade inferior a 95% (noventa e cinco por cento), ensejará glosa de 15% (quinze por cento) do custo mensal do serviço;</p> <p>1.3.10. A Contratada deverá possuir e disponibilizar monitoração em tempo real do serviço fornecido para o Contratante, através de seu portal de acompanhamento dos serviços. Desta forma, o Contratante poderá monitorar a disponibilidade do serviço e gerar um relatório mensal de disponibilidade;</p> <p>1.3.10.1. Caso seja constatado, através do relatório mensal de disponibilidade, que a disponibilidade contratada não foi alcançada, o gestor do contrato enviará o relatório de disponibilidade para a Contratada para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, apresentar sua defesa ou concordância. Caso o desconto não possa ser efetuado na fatura do mês de ocorrência da indisponibilidade, o valor será descontado na fatura do mês subsequente;</p> <p>1.4. DO SUPORTE TÉCNICO REMOTO</p> <p>1.4.1. O serviço de suporte técnico remoto destina-se à correção de problemas da solução implementada e esclarecimento de dúvidas sobre configuração e utilização da mesma;</p> <p>1.4.2. Os serviços serão solicitados pela equipe técnica do Contratante, mediante abertura de chamado junto à Contratada, via chamada telefônica local, whatsapp, e-mail ou Ticket de atendimento em portal do cliente, devendo o recebimento do chamado ocorrer em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana;</p> <p>1.4.3. Os chamados serão classificados nas seguintes categorias de prioridade:</p> <p>1.4.3.1. Baixa: ocorrências que não interfiram na disponibilidade ou desempenho dos serviços;</p> <p>1.4.3.2. Norma: ocorrências que prejudiquem os serviços sem interrompê-los;</p> <p>1.4.3.3. Alta: ocorrência que interrompa um serviço específico, que não prejudique a operação;</p> <p>1.4.3.4. Crítica: qualquer ocorrência que caracterize a indisponibilidade dos serviços e operação;</p> <p>1.4.4. Na abertura do chamado será definida a categoria de prioridade (baixa, normal ou alta);</p> <p>1.4.5. A Contratada deverá informar o número do chamado e disponibilizar um meio de acompanhamento do seu estado;</p> <p>1.4.6. Ao final de cada atendimento, a Contratada deverá emitir relatório técnico contendo as seguintes informações:</p> <p>1.4.6.1. Número do chamado;</p> <p>1.4.6.2. Categoria de prioridade;</p> <p>1.4.6.3. Descrição do problema e da solução;</p> <p>1.4.6.4. Procedimentos realizados;</p> <p>1.4.6.5. Data e hora da abertura e do fechamento do chamado;</p> <p>1.4.6.6. Data e hora do início e do término da execução dos serviços;</p> <p>1.4.6.7. Identificação do técnico da empresa;</p> <p>1.4.7. Será considerado, para efeitos do nível de serviço exigido, um prazo de solução definitiva, como o tempo decorrido entre a abertura do chamado técnico efetuado pela equipe técnica da Contratante à Contratada, e a efetiva recolocação dos serviços em seu pleno estado de funcionamento;</p> <p>1.4.8. Os prazos para atendimento remoto e solução definitiva dos chamados deverão ser:</p> <p>1.4.8.1. Atendimento:</p> <p>1.4.8.1.1. Prioridade BAIXA – 01 (um) dia útil;</p> <p>1.4.8.1.2. Prioridade NORMAL – 06 (seis) horas corridas;</p> <p>1.4.8.1.3. Prioridade ALTA – 04 (quatro) horas corridas;</p> <p>1.4.8.1.4. Prioridade CRÍTICA – 02 (duas) horas corridas;</p> <p>1.4.8.2. Solução:</p> <p>1.4.8.2.1. Prioridade BAIXA - 02 (dois) dias úteis;</p> <p>1.4.8.2.2. Prioridade NORMAL – 08 (oito) horas corridas;</p> <p>1.4.8.2.3. Prioridade ALTA - 06 (seis) horas corridas;</p> <p>1.4.8.2.4. Prioridade CRÍTICA – 04 (quatro) horas corridas;</p> <p>1.4.9. Serão aplicadas, no caso do não cumprimento dos prazos acima, as seguintes multas:</p> <p>1.4.9.1. 0,2% (dois décimos por cento), sobre o valor mensal do contrato, por dia extrapolado na entrega da solução do chamado de prioridade BAIXA;</p> <p>1.4.9.2. 0,4% (quatro décimos por cento), sobre o valor mensal do</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Estado de São Paulo

Divisão de Informática - NTI

	<p>contrato, por hora extrapolada na entrega da solução do chamado de prioridade NORMAL;</p> <p>1.4.9.3. 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor mensal do contrato, por hora extrapolada na entrega da solução do chamado de prioridade ALTA;</p> <p>1.4.10. Após a finalização do contrato de prestação de serviços, a Contratada deverá fornecer acesso a todos os dados, incluindo logs de auditoria e dados armazenados por política de retenção, existentes em todas as contas da solução integrada de colaboração e comunicação corporativa por um período mínimo de 30 (trinta) dias, além de outras informações essenciais para transição e continuidade do serviço;</p> <p>1.5. DO TREINAMENTO</p> <p>1.5.1. O treinamento objetiva a transmissão dos conhecimentos necessários para que a equipe técnica do Contratante possa administrar e operar solução contratada, e treinar os usuários, e deverá atender aos seguintes requisitos:</p> <p>1.5.1.1. O treinamento será realizado por meio de turma online nas dependências do Contratante, à distância com o uso de recursos audiovisuais;</p> <p>1.5.1.2. O treinamento deverá possuir carga horária mínima de 06 (seis) horas para o perfil Administrador, 04 (quatro) horas para o perfil gerente, e 2 (duas) horas para os demais usuários. Deve abordar as informações necessárias à gerência, administração, auditoria, operação básica, intermediária e avançada da solução e principais solicitações de suporte, de acordo com cada perfil;</p> <p>1.5.1.3. O conteúdo do treinamento deverá ser aprovado pela área técnica do Contratante previamente à sua execução;</p> <p>1.5.1.4. No caso de curso presencial, cada turma deverá contemplar a participação de até 08 (oito) participantes do Contratante;</p> <p>1.5.1.5. A Contratada deverá disponibilizar, para todos os participantes, material impresso ou em meio digital, atualizado e de primeiro uso, em português do Brasil;</p> <p>1.5.1.6. Deverá ser disponibilizado relatório gerencial contendo nome do curso, nome do participante treinado, data de início, data do término e quantidade de horas;</p> <p>1.5.1.7. Os horários e datas dos treinamentos serão definidos pela equipe técnica do Contratante e comunicados à Contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias consecutivos;</p>							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL: R\$ 16.901,52